



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

JOSÉ JULLYAN GALDINO DA CRUZ SILVA

ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA PRIVADA: um estudo na
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado da UNIESP

JOÃO PESSOA

2023

JOSÉ JULLYAN GALDINO DA CRUZ SILVA

ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA PRIVADA: um estudo na
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado da UNIESP

Trabalho de conclusão de curso como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia, pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Izabel França de
Lima.

JOÃO PESSOA

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, José Jullyan Galdino da Cruz.

Acessibilidade em biblioteca universitária privada:
um estudo na Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado da
UNIESP / José Jullyan Galdino da Cruz Silva. - João
Pessoa, 2023.

67 f. : il.

Orientação: Izabel França de Lima.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Acessibilidade. 2. Pessoa com deficiência. 3.
Tecnologias assistivas. 4. Biblioteca Universitária. 5.
NBR 9050:2020. I. Lima, Izabel França de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 02

JOSÉ JULLYAN GALDINO DA CRUZ SILVA

ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA PRIVADA: um estudo na
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado da UNIESP

Trabalho de conclusão de curso como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia, pela
Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa 20/11/2023, às 10h

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **IZABEL FRANCA DE LIMA**
Data: 02/12/2023 22:17:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Izabel França de Lima
Departamento de Ciência da Informação – CCSA/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **ROSA ZULEIDE LIMA DE BRITO**
Data: 04/12/2023 21:18:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rosa Zuleide Lima De Brito
Departamento de Ciência da Informação – CCSA/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO**
Data: 04/12/2023 07:48:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Genoveva Batista Do Nascimento
Departamento de Ciência da Informação – CCSA/UFPB

Dedico este trabalho a Deus; à minha mãe, meu irmão e amigos, pois eles foram meus pilares na construção dessa obra intelectual. E sem esses pilares não teria capacidade para desenvolver este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus todos os dias por ser meu ponto de equilíbrio, força e por permitir que meu esforço me conduza à vitória. E também, por me dar a base para minhas conquistas e superações.

À minha mãe Vera Lúcia Galdino da Cruz Silva por ter investido na minha educação, por ser essa guerreira que pensa primeiro nos filhos depois em si. Agradeço por ter acreditado em mim, mesmo quando nem eu acreditava.

Ao meu pai Gedeão da Silva (*in memoriam*) por ter sido ótimo pai, uma pessoa incrível, amiga e o amor inabalável que me deu.

Ao meu irmão Gedean Galdino da Cruz Silva por ser um exemplo acadêmico e sempre me incentivar a buscar a melhoria através do estudo. E sempre torcer pelo meu sucesso, me corrigir quando foi preciso e incentivar a sonhar com um futuro promissor.

À minha avó Luzia Galdino da Cruz (*in memoriam*) pelo carinho, afeto, dedicação e cuidado que sempre teve por mim.

Ao meu primo e professor Doutor Henry Poncio Cruz de Oliveira por me incentivar a entrar no mundo acadêmico e por acreditar que posso sempre melhorar minha perspectiva de mundo.

Às minhas tias Genalva Ferreira e Lúcia Galdino pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a esta pesquisa.

Aos meus primos e as minhas primas (Alex Filho, Eron Helder, Bruna Ariel, Luciana Meireles, Erik Henrique, Franciane Marílio) por sempre me incentivarem e estarem ao meu lado.

À minha família por sempre ter acreditado no meu potencial.

Aos meus padrinhos e minhas madrinhas (Alessandro Alex, Everaldo Filho, Elisangela Cruz e Ana Maria) por sempre acreditarem no meu esforço e comprometimento com os estudos.

À minha orientadora profa. Izabel França de Lima, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas orientações e incentivos.

Aos professores e as professoras do Departamento de Ciência da Informação da UFPB por compartilhar seus caros conhecimentos acadêmicos, por incentivar o amor a Biblioteconomia e a Ciência da Informação.

A todos os meus amigos do curso de graduação que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com o espírito colaborativo, extrovertido e por me apoiarem e não deixarem eu desistir do curso em momentos de desespero. Em especial, a Fabiana Dovie, Irani Gomes, Jonatã Higino (*in memoriam*), Febrânia Fernandes, Jorge Cleiton, Matheus Calado, Apolonio Graciano, Ana Alves, Daniele Marinho.

Aos meus amigos que são quase irmãos Pedro Henrique Pontes e Gabriel Silva, às minhas amigas Anna Carla Pontes, Anna Clara Pontes, Edilane Santos, por me aconselharem, por me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos meus amigos e amigas de ensino médio.

À Biblioteca Joaquim Colaço Dourado por ter aberto à porta, me aceitando como estagiário e contribuindo para a realização deste trabalho.

À Elaine Moreira coordenadora da Biblioteca UNIESP.

Aos meus amigos e minhas amigas do dia a dia da Biblioteca UNIESP, (Hanielly Marques, Elisangela Gomes, Ivonildo Aires, Cristiane Allem, Natália Machado, Joana Paula, Larissa Matos e Dreyson Carlos) meu muito obrigado, pelo carinho e ensinamentos.

Aos amigos e amigas que fiz na Biblioteca da FUNESC.

Aos que compõe a Coordenação do Curso de Biblioteconomia.

Aos grupos de pesquisa (REDMUS e INCLUSOS) que durante a jornada acadêmica me acolheram.

Aos meus anjos de quatro patas Mel Galdino, Melissa Galdino e Rebecca Galdino por sempre me alegrarem nos momentos de tristeza, por serem meu motivo de risada e enormes alegrias.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado!

"Ninguém é igual a ninguém. Todo o ser humano é um
estranho ímpar"

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Este estudo tem como tema a acessibilidade em biblioteca universitária privada e objetiva avaliar a acessibilidade arquitetônica e as tecnologias assistivas na Biblioteca Universitária Padre Joaquim Colaço Dourado, localizada no Centro Universitário UNIESP em Cabedelo-PB. Para tanto, foi necessário identificar com base na NBR 9050:2020 a acessibilidade arquitetônica e as tecnologias assistivas da Biblioteca UNIESP; mapear as tecnologias assistivas na Biblioteca disponibilizadas aos usuários; avaliar com base em um roteiro a acessibilidade arquitetônica e as tecnologias assistivas na Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado. Realizou-se, então, uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico. A partir, da descrição e análise dos dados oriundos do deste estudo constatou-se que a biblioteca possui um mobiliário, espaço físico, sinalização, pisos táteis e uma estrutura propícia ao atendimento de todos os públicos, entretanto alguns pontos podem vir a melhor colaborando com um ambiente acessível. Mobiliários referentes a consulta ao acervo poderiam ser repensados para adequação com as normas de acessibilidade, no tocante as tecnologias assistivas observou-se que a biblioteca carece de variedade nesse quesito. Diante disso, verificou-se que a acessibilidade arquitetônica da biblioteca que cumpre as normas específicas para atender pessoas com deficiência e demais pessoas, se enquadram nos padrões exigidos pela norma ABNT NBR 9050:2020. No entanto, no que se refere as tecnologias assistivas precisa-se de maior atenção, a sugestão é maior investimento em ferramentas ou recursos que visam possibilitar um conforto na experiência na biblioteca para pessoas com deficiência de mobilidade, visual ou auditiva. Porém, os mobiliários referentes a consulta ao acervo poderiam ser repensados para adequação com a norma ABNT NBR 9050:2020. Todavia, a Biblioteca UNIESP possui elevador acessível interno, por possuir dois pavimentos em andares diferentes, rampas com baixo nível de inclinação, escadas dentro das normas de acessibilidade, balcão com ponto preferencial, piso tátil, sinalizações em braille, ótimo espaço de circulação de pessoas, ambiente iluminado, entre outros. Observou-se que a biblioteca apresenta uma ótima acessibilidade carecendo a melhora em raros quesitos levando em comparação a norma ABNT NBR 9050:2020 e a literatura que aborda essa temática.

Palavras-chave: avaliação de acessibilidade; pessoa com deficiência; Biblioteca Universitária; NBR 9050:2020.

ABSTRACT

This study's theme is accessibility in a private university library and aims to evaluate architectural accessibility and assistive technologies at the Padre Joaquim Colaço Dourado University Library, located at the UNIESP University Center in Cabedelo-PB. To this end, it was necessary to identify, based on NBR 9050:2020, the architectural accessibility and assistive technologies of the UNIESP Library; map the assistive technologies in the Library made available to users; evaluate, based on a script, architectural accessibility and assistive technologies at the Padre Joaquim Colaço Dourado Library. An exploratory bibliographical research was then carried out. From the description and analysis of data from this study, it was found that the library has furniture, physical space, signage, tactile floors and a structure suitable for serving all audiences, however some points can be improved by collaborating with an accessible environment. Furniture related to consultation of the collection could be rethought to adapt to accessibility standards. Regarding assistive technologies, it was observed that the library lacks variety in this regard. In view of this, it was found that the architectural accessibility of the library, which complies with specific standards to serve people with disabilities and other people, meets the standards required by the ABNT NBR 9050:2020 standard. However, with regard to assistive technologies, greater attention is needed, the suggestion is greater investment in tools or resources that aim to provide a comfortable library experience for people with mobility, visual or hearing disabilities. However, the furniture related to the collection consultation could be rethought to adapt it to the ABNT NBR 9050:2020 standard. However, the UNIESP Library has an internal accessible elevator, as it has two floors on different floors, ramps with a low level of inclination, stairs within accessibility standards, a counter with a preferential point, tactile flooring, signs in Braille, great space for people to circulate, illuminated environment, among others. It was observed that the library has excellent accessibility, lacking improvement in rare aspects, comparing the ABNT NBR 9050:2020 standard and the literature that addresses this topic.

Keywords: accessibility assessment; people with disabilities; University Library; NBR 9050:2020.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Rampa para o acesso a biblioteca.....	32
FIGURA 2 – Elevador externo a biblioteca.....	32
FIGURA 3 – Entrada e saída da biblioteca.....	33
FIGURA 4 – Balcão de atendimento visão frontal.....	35
FIGURA 5 – Balcão de atendimento visão traseira.....	35
FIGURA 6 – Catracas de entrada e saída.....	37
FIGURA 7 – Mesas de estudo.....	38
FIGURA 8 – Elevador interno da biblioteca.....	39
FIGURA 9 – Escadas para acesso ao segundo pavimento da biblioteca.....	40
FIGURA 10 –Área de circulação de pessoas na biblioteca UNIESP	40
FIGURA 11– Distância entre as estantes.....	41
FIGURA 12 – Ambiente da multimídia e computador para pessoa com deficiência..	42
FIGURA 13 – Sala de leitura.....	42
FIGURA 14 – Banheiro masculino e feminino.....	43
FIGURA 15 – Terminais de consulta.....	44
FIGURA 16 – VLibras.....	50
FIGURA 17 – Dosvox.....	50
FIGURA 18 – Viseira com lupa optical.....	51
FIGURA 19 – Teclado em braile.....	52

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Linha do tempo da evolução da acessibilidade.....	21
QUADRO 2 – Leis, normas, decretos, documentos e recomendações de acessibilidade.....	22
QUADRO 3 – Dimensões das portas entrada e saída da biblioteca.....	34
QUADRO 4 – Balcão de atendimento da biblioteca UNIESP.....	36
QUADRO 5 – Mesas de estudo.....	38
QUADRO 6 – Acessibilidade Informacional.....	45
QUADRO 7– Acessibilidade Física ou Arquitetônica.....	46
QUADRO 8 – Acessibilidade Comunicacional.....	47
QUADRO 9 – Acessibilidade Instrumental.....	49
QUADRO 10 – Acessibilidade Metodológica.....	52
QUADRO 11 – Acessibilidade Programática.....	53
QUADRO 12 – Acessibilidade Atitudinal.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Acessibilidade Informacional.....	45
GRÁFICO 2 – Acessibilidade Física ou Arquitetônica.....	47
GRÁFICO 3 – Acessibilidade Comunicacional.....	48
GRÁFICO 4 – Acessibilidade Instrumental.....	49
GRÁFICO 5 – Acessibilidade Metodológica.....	53
GRÁFICO 6 - Acessibilidade Pragmática.....	54
GRÁFICO 7 – Acessibilidade Atitudinal.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BU – Biblioteca Universitária

CDU – Classificação Decimal Universal

CI – Ciência da informação

EAD – Educação a Distância

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

NBR – Norma Brasileira

PCD – Pessoa com Deficiência

TA – Tecnologia Assistiva

TAS – Tecnologias Assistivas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO	18
2.1.1	Instituições de Ensino Superior.....	19
2.1.2	Bibliotecas Universitárias (BU)	19
2.2	ACESSIBILIDADE	20
2.2.1	Normas brasileiras e legislação	22
2.3	TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	24
2.4	DESENHO UNIVERSAL	25
3	METODOLOGIA	28
3.1	AMBIENTE DA PESQUISA: A BIBLIOTECA JOAQUIM COLAÇO DOURADO	28
4	RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	31
4.1	ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA UNIESP	31
4.1.1	Acesso à Biblioteca UNIESP	31
4.1.2	Portas de entrada e saída da biblioteca	31
4.1.3	Balcão de atendimento	34
4.1.4	Catracas de entrada e saída	36
4.1.5	Mesas de Estudo	37
4.1.6	Elevador Interno da Biblioteca	39
4.1.7	Escadas para o Segundo Pavimento	39
4.1.8	Espaço de Circulação	40
4.1.9	Distância entre as Estantes	41
4.1.10	Multimídia	41
4.1.11	Sala de Leitura	42
4.1.12	Banheiro	43
4.1.13	Terminais de consulta	43
4.2	ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA UNIESP	44
4.2.1	Acessibilidade Informacional	44
4.2.2	Acessibilidade Arquitetônica	46
4.2.3	Acessibilidade Comunicacional	47
4.2.4	Acessibilidade Instrumental	48
4.2.4.1	VLibras, Dosvox, viseiras com lupa optical e o teclado em braile	49
4.2.5	Acessibilidade Metodológica	52
4.2.6	Acessibilidade Programática	53
4.2.7	Acessibilidade Atitudinal	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	63
	APÊNDICE B – ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE.....	64

1 INTRODUÇÃO

No Brasil em 2023, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 18,6 milhões de pessoas com deficiência (PcD). Onde a região Nordeste foi a região com o maior percentual de população com deficiência registrada, com 5,8 milhões seguido das regiões do Sul, do Centro-Oeste, do Norte, e da região do Sudeste foi a que teve o menor percentual. (IBGE, 2023).

O estudo da acessibilidade das pessoas com deficiência é relevante por múltiplas razões, que vão desde a promoção da igualdade e inclusão até o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes. Dessa forma, compreender as necessidades e desafios das pessoas com deficiência é crucial para promover a inclusão social. Isso envolve a criação de ambientes sociais, educacionais e profissionais que sejam acessíveis e acolhedores para todos, eliminação ou diminuindo as barreiras físicas, tecnológicas, comunicacionais e atitudinais.

Neste contexto, o estudo objetiva avaliar a acessibilidade na Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado, localizada na Universidade UNIESP. Neste trabalho, exploramos a importância da acessibilidade em bibliotecas universitárias e analisamos, de forma específica, a situação da acessibilidade nessa biblioteca privada.

A acessibilidade é um tema de extrema relevância no contexto acadêmico, pois busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades físicas ou sensoriais, tenham igualdade de acesso à informação e ao conhecimento disponível nas bibliotecas. Através da acessibilidade, busca-se promover a inclusão e a participação plena de todos os usuários, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, sabemos que nem todas as bibliotecas universitárias estão devidamente preparadas para atender às necessidades de acessibilidade de todos os estudantes. É nesse contexto que surge a necessidade de avaliar a situação da acessibilidade na Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado, a fim de identificar possíveis barreiras e propor melhorias que garantam um ambiente inclusivo para todos os usuários.

Ao longo deste estudo, exploramos alguns conceitos relacionados à acessibilidade em Bibliotecas Universitárias (BUs), discutir a importância da inclusão e analisar de forma crítica a situação da acessibilidade na Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado. Além disso, o estudo tem potencial para fornecer subsídios para a implementação de medidas que promovam a acessibilidade e a inclusão nesse espaço acadêmico.

O interesse sobre o assunto surgiu através de um estágio realizado na Biblioteca da UNIESP também conhecida como Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado. Associado a isso, a instituição de ensino superior denominada de Centro Universitário UNIESP ofereceu aos seus colaboradores um curso educação a distância (EAD) sobre libras e braile com um conhecimento introdutório a respeito desse universo. Instigando a curiosidade acerca da temática de acessibilidade e seus desdobramentos em biblioteca universitária privada.

Através dessa pesquisa, esperamos contribuir para a conscientização sobre a importância da acessibilidade em bibliotecas universitárias privadas e para a promoção de um ambiente inclusivo, onde todos os estudantes possam desfrutar plenamente dos recursos e serviços oferecidos pela biblioteca.

Diante do exposto, a questão norteadora do estudo busca saber: De que forma se dá a acessibilidade arquitetônica e as tecnologias assistivas na Biblioteca Universitária Padre Joaquim Colaço Dourado na UNIESP?

Dentro da perspectiva da acessibilidade, o estudo tem como Objetivo Geral: Avaliar a acessibilidade arquitetônica e as tecnologias assistivas na Biblioteca Universitária Padre Joaquim Colaço Dourado localizada em Cabedelo-PB.

Para melhor delineamento da pesquisa foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar com base na NBR 9050:2020 a acessibilidade arquitetônica e as tecnologias assistivas da Biblioteca UNIESP;
- b) Mapear as tecnologias assistivas na Biblioteca disponibilizadas aos usuários;
- c) Avaliar com base em um roteiro a acessibilidade arquitetônica e as tecnologias assistivas na Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado.

Esta monografia está estruturada em cinco capítulos da seguinte forma: na Introdução, apresentamos o problema e justificativa para escolha do tema e um

panorama geral sobre acessibilidade delimitando o tema, a relevância da acessibilidade em bibliotecas universitárias.

No capítulo 2, é a fundamentação teórica do trabalho e discorremos sobre Biblioteca como espaço de Inclusão, Bibliotecas Universitárias (BUs), Instituições de Ensino Superior (IES), Acessibilidade, Normas brasileiras e legislação, Tecnologias Assistivas e Desenho Universal.

No capítulo 3, foi destinado a metodologia, onde foi abordado o tipo de pesquisa, o método utilizado, o período que aconteceu a pesquisa e palavras-chave utilizadas.

No capítulo 4, apresentamos os resultados da pesquisa alguns detalhes do espaço físico da Biblioteca UNIESP, o acesso à Biblioteca UNIESP, as portas de entrada e saída da biblioteca as visões (frontal e traseira) do balcão de atendimento, as catracas de entrada e saída, as mesas de estudo, elevadores espaço de circulação, distância entre as estantes, a multimídia, os terminais de consulta, e os tipos de acessibilidade que indiretamente remetem a acessibilidade arquitetônica, foco desse estudo.

O capítulo 5, aborda as considerações finais da pesquisa que se baseiam em pontos definidos nos objetivos e notados durante o estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica é a seção que embasa fundamenta o estudo. Onde serão abordados temáticas sobre biblioteca como espaço de inclusão, bibliotecas universitárias (BUs), instituições de ensino superior (IES), acessibilidade, tecnologias assistivas (TAs), desenho universal, normas e legislação brasileira.

2.1 A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO

Historicamente a biblioteca se apresenta como um lugar onde as informações podem ser encontradas, depositadas ou transmitidas por meio de materiais físicos (livros, artigos, mapas, entre outros) e quando trabalha e atribuídas significado virarem conhecimento. Desse modo, com o passar das décadas houveram modernizações na forma, nos suportes e de como transmitir essas informações.

Na perspectiva Zaninelli, Nogueira e Peres (2019) as bibliotecas universitárias (BUs) são centros de cultura e aprendizagem, que se comportam como, organismos dinâmicos e interativos que objetivam mediar a relação entre os produtores e os consumidores do conhecimento científico.

Segundo Milanesi (1983) a universidade e a biblioteca refletem-se no sentido de que a qualidade de uma instituição de ensino superior é proporcional a qualidade de sua biblioteca.

Em contrapartida Ferrés (2008, p. 21) define a biblioteca em um prisma mais acessivo:

A biblioteca acessível é um espaço que permite a presença e proveito de todos [...] com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população [...].

A inclusão poder ser compreendida na perspectiva de Oliveira (2015, p. 16) como o “compromisso ético de promover a diversidade, respeitar a diferença e reduzir as desigualdades sociais. Isto coloca a inclusão de pessoas com deficiência entre os temas mais importantes a serem tratados pelas empresas e pela sociedade”.

2.1.1 Instituições de Ensino Superior

As instituições de ensino superior ou IES tiveram seus primórdios baseados em base na antiga Universidade de Paris, no Brasil, a primeira instituição de ensino superior surgiu ainda no século XVII, em Salvador, Bahia.

As IES são credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), originalmente como faculdades. Após requerimento, a instituição poderá adquirir o credenciamento de universidade ou centro universitário. Regulamentadas pela Lei Nº 9.394, de 1996, as IES podem ser classificadas, como faculdade, universidade e centro universitário de cunho público ou privado. Por sua vez, as instituições privadas são aquelas por pessoas jurídicas de direito privado. As IES têm como obrigação considerar e aderir padrões que considerem a temática da acessibilidade e suas características.

2.1.2 Bibliotecas Universitárias (BUs)

No Brasil as bibliotecas tiveram origem a partir do período colonial com a chegada das ordens religiosas jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos. Tal fato, na perspectiva de Nunes e Carvalho (2016) marcou a história nacional e pode ser denominado como processo de instrução baseada na cultura da colonização portuguesa.

Além disso, a chegada da família real Portuguesa em 1808 ao Rio de Janeiro marca um período de criação da primeira biblioteca real do Brasil, atualmente conhecida como Biblioteca Nacional (Nunes; Carvalho, 2016).

Nesse aspecto, as bibliotecas sofreram no período colonial um forte golpe quando ocorre a expulsão da Companhia de Jesus no século XVII, ocasionando o abandono e delapidação de boa parte dos seus acervos bibliográficos (Moraes, 2006).

Segundo Nunes e Carvalho (2016, p. 185):

Ao longo do Século XX várias outras iniciativas surgiram visando a elevar o nível educacional brasileiro como um dos projetos da Nova República que se instala em 1889. Assim, empreendem-se reformas educacionais que visam aumentar o nível de instrução da população e para isso criam-se as primeiras universidades, a exemplo da Universidade de Manaus em 1909 e da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, a qual passa a denominar-se Universidade do Brasil em 1937, e a Universidade da Bahia em 1946, e com elas a criação das bibliotecas universitárias.

Na perspectiva de Rabelo (2011, p. 11) desempenha “a função de recolher e proporcionar o acesso aos recursos de informação necessários à produção de conhecimento, quer seja para o estudo, para o ensino ou investigação”.

Rabelo (2011) ainda complementa dizendo que não é raro encontrar na literatura a metáfora de que a biblioteca é o “coração da universidade”. Devido está cercada de ensino centrado na utilização do livro, e uma das características apontadas à biblioteca tradicional. Além disso, é um lugar de pesquisa, estudo e compartilhamento de informações.

2.2 ACESSIBILIDADE

Acessibilidade na perspectiva da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050 (2020, p. 02) é definida como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, [...] por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Na perspectiva de Sassaki (2006 *apud* Nicoletti, 2010) a acessibilidade apresenta dimensões, a saber:

- **Acessibilidade arquitetônica:** não há barreiras ambientais físicas em edificações, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte.
- **Acessibilidade comunicacional:** não há barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual.
- **Acessibilidade metodológica:** não há barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação dos filhos.
- **Acessibilidade instrumental:** não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e de lazer ou recreação.
- **Acessibilidade programática:** não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos.
- **Acessibilidade atitudinal:** não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Na visão de Pinheiro e Crivellari (2021) o acesso à informação pode ser dificultado pela existência das barreiras arquitetônicas nos ambientes educacionais (como em salas de aula e bibliotecas). E também, ressaltam a importância em assimilar que a acessibilidade informacional está diretamente relacionada aos aspectos arquitetônicos, comunicacional e comportamental.

Ferrés (2008) acrescenta que um ambiente que gera exclusão é um ambiente que não permite o acesso e a integração plena tanto no aspecto funcional quanto no psicológico nas atividades diárias realizadas por todos os indivíduos.

Para um breve entendimento sobre a evolução da acessibilidade o quadro 1 abaixo faz um panorama das principais décadas e suas contribuições.

Quadro 1 – Linha do tempo da evolução da acessibilidade

DÉCADA:	APONTAMENTOS:
Década de 40	Origem do termo acessibilidade atrelado ao surgimento de serviços de reabilitação física e profissional.
Década de 50	Com a prática de estratégias de reabilitação de adultos os profissionais de reabilitação, denunciam a existência de barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos.
Década de 60	Universidade americanas iniciaram a eliminação de barreiras arquitetônicas em suas áreas externas (estacionamentos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, entre outras).
Década de 70	Surgimento do primeiro centro de vida independente (CVI) do mundo nos Estados Unidos fomentando a tomada de decisões, autonomia de pessoas com deficiência. A promulgação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes realizada pela Organização das Nações Unidas. ONU (1975, <i>apud</i> Sassaki, 2012).
Década de 80	Desencadeamento de Campanhas mundiais para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e a não inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos. Pautadas no lema “Participação Plena e Igualdade” do I Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981). Surgiu o conceito de inclusão, na segunda metade da década de 80. Tal conceito, se contrapôs ao de integração. Declaração de Cave Hill que fomentou o programa mundial de ação relativo às pessoas, objetivando um ambiente físico acessível a todos. ONU (1983, <i>apud</i> Sassaki, 2012).
Década de 90	Surgimento do conceito de desenho universal que se pauta em ambientes, meios de transporte e utensílios devem ser

	projetados para todos. E também o surgimento do paradigma da inclusão e da visão de diversidade humana. Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. Tais medidas devem desenvolver padrões e diretrizes e considerar a promulgação de leis para garantir a acessibilidade a várias áreas da sociedade. Em suma o século 20 se demonstrou com um grau de com inventividade e engenhosidade, sendo possível estender o acesso a todos os recursos da comunidade (ambientes físicos, sociais e culturais). No século 21, ações para estender o acesso as pessoas (que poucos possuem) para muitos, eliminando todas as barreiras ambientais através da inclusão na vida comunitária. (Rehabilitation International, 1999).
A partir da década de 2000	Luta pelo direito de ir-e-vir incorporada à defesa de todos os direitos humanos. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com o tema: “acessibilidade”. ONU (2006, <i>apud</i> Sassaki, 2012). Entre outras legislações, decretos, etc.
A partir de 2000 até 2023	Foi oficializado o Comitê Brasileiro de Acessibilidade CB – 40. Ocorreu a revisão da Norma ABNT NBR 9050 que passou a ser chamada de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Fonte: Adaptado de Pereira (2013).

O quadro acima demonstra a amplitude do passar de décadas de lutas e estudos sobre a temática. Uma conjuntura de conhecimentos de diversas áreas e de variados aspectos.

2.2.1 Normas brasileiras e legislação

Para melhor entendimento e contextualização sobre normas, leis documentos e recomendações gerou-se o quadro 2, abaixo:

Quadro 2 – Leis, normas, decretos, documentos e recomendações de acessibilidade

INSTRUMENTO:	DESCRIÇÃO:
Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985	Torna obrigatória a colocação do “ Símbolo Internacional de Acesso ” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Aborda o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público.
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002	Discorre sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.
NBR 9.050/2020	Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias
NM313/2007	Elevadores de passageiros: requisitos para acessibilidade das pessoas com deficiência.
NBR 10.898/2023	Sistema de Iluminação de Emergência. Objetiva fornecer condições visuais para aliviar o pânico e facilitar a evacuação de edificações
NBR 15.599/2008	Acessibilidade – comunicação na prestação de serviços. Destina-se ao atendimento de pessoas com dificuldade de comunicação.
Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano viver sem limite.
Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011	Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004	Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade.
Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001	(Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências
Resolução nº4 CNE/CEB	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
Portaria nº 976, de 05 de maio de 2006	Critérios de acessibilidade os eventos do MEC.
Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
Portaria nº 1.679 de 2 de dezembro de 1999	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições
Declaração de Salamanca	Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

Fonte: Adaptado de Pereira (2013).

O panorama de leis, normas, decretos, documentos e recomendações exposto no quadro acima estabelece reflexões sobre o volumoso quantitativo de ferramentas legais que foram durante décadas desenvolvidas. Entretanto, a realidade brasileira ainda se configura como deficitária, principalmente no aspecto cidadão, uma vez que não são raros os lugares que não apresentam acessibilidade para pessoas com deficiências.

2.3 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Na perspectiva de Alves (2006) o conjunto de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência (PCD) promovendo a vida independente e inclusão pode ser conceituado com Tecnologia Assistiva (TA).

Em âmbito nacional, além de “Tecnologias Assistivas” (TAs) outros termos podem ser utilizados, a saber: “Tecnologia Adaptativa”, “Tecnologia de Apoio” e no que tange a legislação brasileira é corriqueiro encontrar o termo “Ajudas Técnicas”.

Considerando o termo Tecnologia Assistiva, ela pode ser definida como:

[...] uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão. (Alves, 2006, p. 18)

Colaborando com esse pensamento Sasaki (2009, p. 01, grifo do nosso) ressalta os tipos e sistemas de tecnologia:

[...] tais como **tecnologias assistivas, tecnologias digitais, tecnologias de informação e comunicação**, devem permear as seis **dimensões da acessibilidade** como suportes à realização de todos os direitos das pessoas com deficiência.

Com a criação da lei 13.146/2015, denominada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que prevê também a inserção de Tecnologia Assistiva (TA) em espaços físicos, públicos e privados foram repensadas a prestação de alguns serviços, estratégias, práticas e condutas acerca das Tecnologias Assistivas (TAs) relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência no âmbito da biblioteca universitária (Pinheiro; Crivellari, 2021).

Nesse contexto, Pinheiro e Crivellari (2021) ressaltam que houve o surgimento dos recursos da Tecnologia Assistiva (TA) as Bibliotecas Universitárias (BUs) podem oferecer e disponibilizar um acesso inclusivo ao seu acervo, produtos e serviços; garantir o exercício de direitos e cidadania da pessoa com deficiência possibilitando atender um público amplo e distinto.

Nesse contexto, o Design Universal ou *Universal Designer* contribui para amplo entendimento da acessibilidade, dos aspectos que interferem no convívio e na participação na sociedade.

2.4 DESENHO UNIVERSAL

O Desenho Universal foi desenvolvido na década de 60 em universidades americanas como o propósito de atender a todos, não apenas para o que dele necessitam. Sasaki (2006) afirma que o Desenho Universal também pode ser

chamado de Desenho Inclusivo, ou seja, desenho no qual os produtos e ambientes são destinados a pessoas com e sem deficiência.

Nesta perspectiva o decreto N° 5.296 de 2004 visa apresentar:

[...] o conceito do “Desenho Universal” considerado neste documento legal como: “concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade”. (Brasil, 2004).

Para colaborar com esse pensamento Melo (2006, p.17-20) destaca os princípios do Design Universal que podem guiar o desenvolvimento e a avaliação de ambientes, produtos e serviços mais abertos às diferenças, a saber:

- Uso eqüitativo.** O design é útil e comercializável para pessoas com habilidades diversas.
- Flexibilidade no uso.** O design acomoda uma ampla variedade de preferências e habilidades individuais.
- Simples e intuitivo.** O uso do design é fácil de entender, independentemente da experiência, do conhecimento, das habilidades lingüísticas ou do nível de concentração corrente do usuário.
- Informação perceptível.** O design comunica a informação necessária efetivamente ao usuário, independentemente das condições do ambiente ou das habilidades sensoriais do usuário.
- Tolerância ao erro.** O design minimiza perigos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais.
- Baixo esforço físico.** O design pode ser usado eficientemente, confortavelmente e com um mínimo de fadiga.
- Tamanho e espaço para aproximação e uso.** Tamanho apropriado e espaço são oferecidos para aproximação, alcance, manipulação e uso independentemente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do usuário.

Na perspectiva de Pereira (2013, p. 29) os princípios do desenho universal:

[...] podem ser projetos, produtos, meios de comunicação e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas de forma igualitária, sem a necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades, as diretrizes que constituem o Desenho Universal devem ser aplicadas

juntamente com a legislação e normas de acessibilidade vigentes no Brasil.

Dessa forma, o desenho universal tem como princípio norteador ser direcionado a todas as pessoas como uma forma de acomodar cada indivíduo nas suas diferentes dimensões e esferas, onde seus produtos e serviços podem ser utilizados por pessoas com ou sem deficiência.

3 METODOLOGIA

O tipo de pesquisa se configura como pesquisa bibliográfica que na perspectiva de Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Além disso, se configura como exploratória objetivando proporcionar maior entendimento sobre o problema, e torná-lo mais explícito” (Gil 2002, p. 44). A natureza de abordagem do objeto a ser pesquisado método qualitativo e de campo. O universo da pesquisa, foi a biblioteca universitária privada da UNIESP.

Como técnicas de coletas de dados foram realizadas observações do local por meio de visitas, com o intuito de exploração das informações acerca do espaço físico ou arquitetônico, dos serviços e das Tecnologias Assistivas. Deste modo, foram feitas aferições do ambiente e do mobiliário da biblioteca, tais como: acesso a entrada da biblioteca, porta de entrada, balcão de atendimento, distância entre as estantes, terminais de consulta, banheiro, como também, sinalização e regulamentos.

Utilizou-se da Norma ABNT NBR 9050:2020 para comparações aprofundadas, assim como, um roteiro para avaliação de acessibilidade baseado na literatura sobre a temática. As informações foram registradas na forma escrita e imagética por meio de câmera fotográfica do celular Xiaomi Redmi 12S. Além disso, foram utilizados; caderno de anotações, trena para medir o mobiliário e o roteiro para avaliação.

O período de pesquisa foi do dia 29 de julho de 2023 ao dia 16 de novembro de 2023. Foi pesquisado artigos nos bancos de dados do Google Acadêmico, na SciELO, no portal de periódicos da CAPES e em livros físicos e digitais sobre a temática e na plataforma *Target Gedweb* foram encontradas normas do estudo, tanto para normalização como para comparação. A pesquisa foi realizada com as palavras-chave: acessibilidade, acessibilidade em bibliotecas universitárias, bibliotecas universitárias e tecnologias assistivas, acessibilidade em bibliotecas universitárias privadas e acessibilidade física ou arquitetônica em bibliotecas.

3.1 AMBIENTE DA PESQUISA: A BIBLIOTECA JOAQUIM COLAÇO DOURADO

A Joaquim Colaço Dourado também conhecida como Biblioteca UNIESP constitui uma instituição que presta suporte aos planos e programas acadêmicos do Centro Universitário UNIESP, estimulando o ensino, a pesquisa e a extensão. Oferece

aos usuários salas para estudo individual e em grupo; sala de leitura; sala de periódicos e sala de multimídia destinada à pesquisa virtual e acadêmica; com acesso as bases de dados.

Dispõe de uma área fixa de aproximadamente 2.216m², sendo 1.206m² destinado à área do acervo e 1.010m² à área para estudo e usuários. Possui um acervo com um número aproximado de 60 mil exemplares, entre livros; periódicos; CDs; DVDs; trabalhos de conclusão de curso; revistas; materiais de referência (anuários, atlas, códigos, dicionários, enciclopédias); todos distribuídos em sistema chamado Classificação Decimal Universal (CDU). Que abrange as áreas grandes áreas do conhecimento como as ciências exatas e natureza, as ciências da saúde e engenharias, as ciências sociais aplicadas, as ciências humanas, a linguística, letras e artes.

A aquisição do acervo é realizada semestralmente, atendendo as bibliografias básicas e complementares dos projetos pedagógicos dos cursos disponibilizados pela Instituição. Como também, conta com uma política de desenvolvimento e atualização das coleções que ajuda a biblioteca a comunidade acadêmica no livre acesso a informação. Os usuários da unidade da biblioteca são compostos por estudantes matriculados na instituição, professores, funcionários e o público externo.

O atendimento é especializado por profissionais bibliotecários, auxiliares técnico-administrativos, jovem aprendiz e estagiário capacitados para atender as expectativas e necessidades informacionais, tanto na consulta e utilização dos produtos e serviços oferecidos.

O livre acesso a biblioteca é destinado ao público em geral para consulta local, sendo o empréstimo domiciliar privativo aos docentes, discentes e funcionários devidamente vinculados à Instituição.

A biblioteca UNIESP conta com uma estrutura administrativa composta por uma bibliotecária coordenadora; um assistente de bibliotecário; uma assistente administrativa; quatro técnicos-administrativos; um jovem aprendiz e um estagiário.

Oferece serviços aos seus usuários, a saber: consulta online e presencial, empréstimo domiciliar de livros, reservas e renovação de materiais bibliográficos online e presencial, orientação para pesquisa e elaboração de trabalhos acadêmicos, levantamento bibliográfico, catalogação na fonte, agendamento para visitas dirigidas (na sala de aula, auditório e dependências da Biblioteca), disseminação seletiva da

informação, serviço de referência, acesso livre ao espaço para leitura e acesso a rede Wi-Fi.

A estrutura física conta com os ambientes planejados e com infraestrutura para atender as demandas dos seus usuários. Conta com salas de estudo individual e em grupo, sala de multimídia, espaço para troféus, arquivo documental, sala de desbaste, sala de processamento técnico, sala de trabalhos de conclusão de curso, acervo geral, terminais de consulta ao acervo, cabines para estudo individuais, banheiros, sala de leitura e setor de atendimento e empréstimo de livros e objetos (chaves para armários, lápis de quadro, apagador de lousa, fones de ouvido, viseira para pessoas com baixa visão, entre outros).

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os pontos abordados foram baseados nos aspectos segundo a Norma ABNT NBR 9050:2020 e na literatura acerca de tecnologias assistivas que uma Biblioteca Universitária necessita para se encaixar nos padrões de acessibilidade. Nessa perspectiva, foram verificados os seguintes pontos: acesso à entrada da biblioteca, portas de entrada e saída, maçanetas, rampas, balcões de atendimento, terminais de consulta, mesas e superfícies, estantes e tecnologias assistivas, na sua importância, há barreiras no acesso, se há dificuldades ou não, até a chegada à biblioteca e quais ferramentas puderam ser enquadradas em tecnologias assistivas na Unidade de Informação.

Foi elaborado e aplicado durante as observações na biblioteca um roteiro que conta com sete pontos principais (acessibilidades: informacional, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática e atitudinal) nos quais serviram para identificar, descrever e analisar a acessibilidade e as ferramentas e/ou recursos que são utilizados na unidade de informação.

4.1 ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA UNIESP

O espaço físico da biblioteca UNIESP, a partir das observações é considerado amplo, plano, bem iluminado e quando apresenta inclinações com rampas apresenta piso com revestimento antiderrapante e com algumas sinalizações em braile.

4.1.1 Acesso à Biblioteca UNIESP

O acesso a Biblioteca UNIESP se dá de duas formas. Uma delas é por meio de rampas como se pode perceber na figura 1. A rampa conta com piso antiderrapante e corrimãos, a rampa se mostra acessível.

Figura 1 – Rampa para o acesso a biblioteca



Fotografia - José Jullyan Galdino da Cruz Silva

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A segunda maneira de acesso a biblioteca é por meio de um elevador. O elevador obedece às normas de acessibilidade conta com identificação de andares em braile, com barras de sustentação. Como pode ser observado abaixo na figura 2.

Figura 2 - Elevador externo a biblioteca



Fotografia - José Jullyan Galdino da Cruz Silva

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

4.1.2 Portas de Entrada e Saída da Biblioteca

As portas de entrada e saída biblioteca são de vidro e do tipo duas folhas. Possuem medidas que as configuram como acessível passagem de pessoas com deficiência. E não possuem obstáculos que impeçam a entrada das pessoas com deficiência.

Figura 3 – Entrada e saída da biblioteca



Fotografia - José Julllyan Galdino da Cruz Silva

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A entrada da biblioteca de acordo com a Norma ABNT NBR 9050/2020 recomenda que se deve evitar desníveis na entrada principal. Na Biblioteca UNIESP a entrada não possui nenhum desnível e a saída uma rampa que não afeta o acesso como pode ser observado na figura 3 acima.

Com as informações acerca das dimensões das portas pautadas no quadro abaixo houve a conclusão que a biblioteca cumpre com a maioria dos pontos e medidas para entrada e saída de pessoas com deficiência ou para um ambiente inclusivo. Todas as informações foram comparadas a norma ABNT NBR 9050:2020.

Quadro 3 – Dimensões das portas entrada e saída da biblioteca

Dimensões das portas	Informações da Norma NBR 9050:2020	Informações da biblioteca UNIESP
Tipo	Porta do tipo duas folhas.	Porta do tipo duas folhas envidraçada.
Altura	No mínimo a altura de 2,10 m.	Altura de 2,10 m
Largura	Recomenda-se uma largura entre maior ou igual a 0,80 m de largura.	Largura de 0,80 m cada folha de vidro das portas.
Puxador	Tipo puxador vertical	Tipo puxador vertical
Altura da puxador	Recomenda-se que os puxadores devem ser instalados a uma altura de 0,80 m a 1,10 m,	Altura de 1,05 m
Condições de abertura	Recomenda-se que a porta seja aberta com o único movimento.	As portas possibilitam abertura com movimento único.
Revestimento resistente a impactos	Face inferior situada entre 0,40 m e 0,90 m do piso.	As portas não contam com revestimento resistentes a impactos.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O quadro 3 acima é uma comparação das informações da Norma NBR 9050:2020 com as informações presente na biblioteca UNIESP angariadas através de observações e medições. Constatando que apenas o revestimento contra impactos não foi encontrado na comparação feita, resultando na conclusão que em quase sua totalidade as portas da biblioteca se encontram dentro dos padrões de acessibilidade.

4.1.3 Balcão de Atendimento

O balcão de atendimento conta com uma parte frontal e traseira. Onde possui um terminal para atendimento preferencial. Como pode ser observado na figura 4

Figura 4 – Balcão de atendimento visão frontal



Fotografia - José Jullyan Galdino da Cruz Silva
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O balcão de atendimento na visão traseira não conta com um acesso referencial, dessa forma é parcial o enquadramento com a norma NBR 9050/2020.

Figura 5 – Balcão de atendimento visão traseira



Fotografia - José Jullyan Galdino da Cruz Silva
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O quadro 4 abaixo mostra a comparação do balcão de atendimento com a informações presentes na norma NBR 9050:2020 o que colabora com o que foi abordado nas figuras 4 e 5.

Quadro 4 – Balcão de atendimento da biblioteca UNIESP

Dimensões do balcão	Informações da Norma NBR 9050:2020	Informações da biblioteca UNIESP
Superfície	Os balcões acessíveis recomenda-se a largura mínima de 0,90 uma altura entre 0,90 m e 1,05 m do piso acabado.	O balcão conta com uma extensão de 15,70 m e uma altura em sua maior parte de 1,05. Exceto no preferencial que conta com uma parte mais baixa de 0,77 m de altura do piso acabado.
Visão frontal	Os balcões de informação acessíveis devem possuir largura mínima de 0,90 m	O balcão na visão frontal tem o acesso preferencial que se enquadra na norma.
Visão traseira	O balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m.	O balcão na visão traseira não tem o acesso preferencial que se enquadra na norma.

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

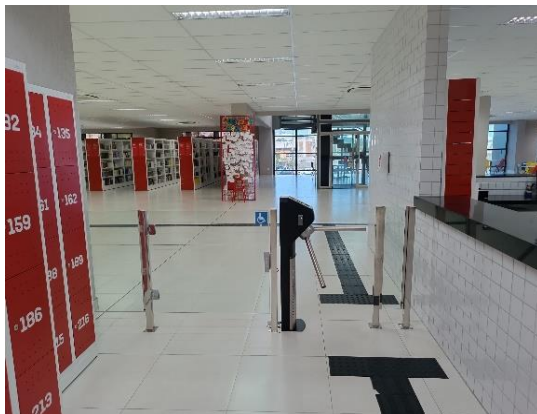
O quadro 4 se refere ao balcão de atendimento da biblioteca UNIESP dispõe de uma parte frontal e uma parte traseira. Na parte frontal se enquadra na norma, porém quando se observa a parte traseira não ocorre o mesmo, devido não ter padrões que se enquadram na norma e não ter ponto preferencial para atendimento de PcD.

4.1.4 Catracas de Entrada e Saída

As catracas possuem a mesma medida com aproximadamente 47 cm de largura e 1 metro de altura. A figura 6 no lado A mostra a catraca de entrada e o portão de acessibilidade para a biblioteca. No lado B é visualizado a catraca e o portão de acessibilidade de saída da biblioteca. Os portões de acessibilidade de entrada ou saída para o salão da biblioteca UNIESP são de vidro e medem 1,6 metro largura por

1 metro de altura. Condições nas quais um cadeirante pode transitar sem nenhuma barreira.

Figura 6 – Catracas de entrada e saída



Lado A



Lado B

Fotografia - José Jullyan Galdino da Cruz Silva

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Na figura acima é possível observar piso tátil no chão, espaço amplo e acessos que permitem PcDs transitarem com tranquilidade e de maneira adequada.

4.1.5 Mesas de Estudo

As mesas de estudo são acessíveis, pois se encaixam na nos padrões da norma 9050:2020 e contam com um espaço para a circulação de pessoas e manobras confortável e adequado. Como pode ser observado na figura 7. As informações geraram o quadro 5 que compara as informações do ambiente na biblioteca com a norma 9050:2020.

Figura 7 – Mesas de estudo



Fotografia - José Jullyan Galdino da Cruz Silva

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A figura 7 mostra as mesas com cadeiras para estudo que se encontram um ótimo espaço de distância entre mesas. É observado uma boa iluminação e um ambiente amplo e plano para transito de pessoas. A figura 7 embasou o quadro 5 que faz a comparação das informações presentes na norma e as informações presentes na biblioteca como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 5 - Mesas de estudo

Dimensões das mesas de estudo	Informações da Norma NBR 9050:2020	Informações da biblioteca UNIESP
Altura das mesas	Entre 0,75 m e 0,85 m.	Altura da mesa 0,75 m
Altura livre inferior	Altura mínima de 0,73 m.	Altura livre de 0,73 m
Aproximação frontal	Mínima de 0,50 m	Aproximação de 0,60 m
Circulação entre as Mesas	Recomenda-se uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso as mesas.	Faixa livre acima de 1,50 m e área de manobra apropriada.

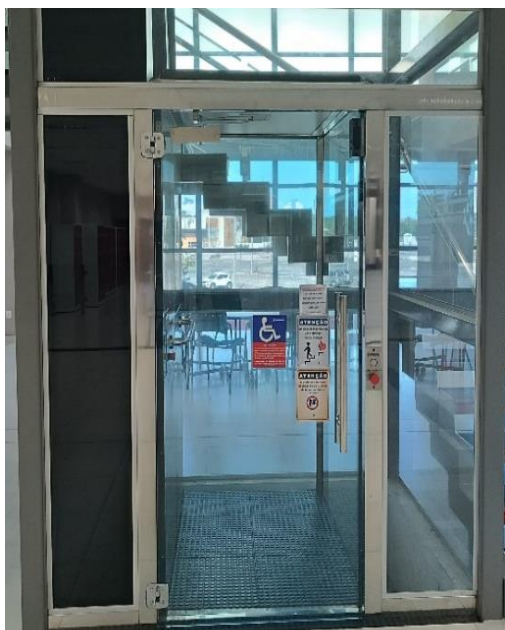
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O quadro acima é responsável pela comparação das dimensões das mesas de estudo. Demonstra que a biblioteca está dentro de todos os padrões mínimos da norma NBR 9050:2020.

4.1.6 Elevador Interno da Biblioteca

A biblioteca contém um elevador interno para o segundo pavimento que é onde ficam as salas de estudo em grupo e cabines individuais de estudos. Elevador utilizado essencialmente por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida como pode ser observado, na figura 8:

Figura 8 – Elevador interno da biblioteca



Fotografia - José Jullyan Galdino da Cruz Silva

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A biblioteca possui dois pavimentos, o primeiro pavimento no 1º andar, o segundo pavimento no segundo no 2º andar do bloco central. Dessa forma conta um elevador panorâmico para pessoas com deficiência ou que tenha mobilidade reduzida.

4.1.7 Escadas para o Segundo Pavimento

As escadas localizadas na biblioteca dão acesso ao segundo pavimento, possuem corrimão contínuos como recomenda a norma 9050:2020.

Figura 9 – Escadas para acesso ao segundo pavimento da biblioteca



Fotografia - José Jullian Galdino da Cruz Silva

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

As escadas contam com corrimãos contínuos, faixa de sinalização e antiderrapante com distâncias entre os degraus confortável para a subida ou descida. Se enquadra como outra forma de acesso ao segundo pavimento.

4.1.8 Espaço de Circulação

O espaço de circulação de usuários na biblioteca é amplo, plano conta com piso tátil e não apresenta desníveis que impeçam o trânsito de pessoas.

Figura 10 – Área de circulação de pessoas na biblioteca UNIESP



Fotografia - José Jullian Galdino da Cruz Silva

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O espaço de circulação é amplo, conta com piso plano e sinalização tátil no piso. Além disso, é bem iluminado e climatizado.

4.1.9 Distância entre as Estantes

A distância entre as estantes é de aproximadamente 1,30 m que se enquadra na norma ABNT 9050:2020 que especifica que a distância mínima entre as estantes é 0,90 m. A apresenta áreas de manobras para pessoas com cadeira de rodas (PCR). Como se pode observar na figura 11 abaixo.

Figura 11 – Distância entre as estantes



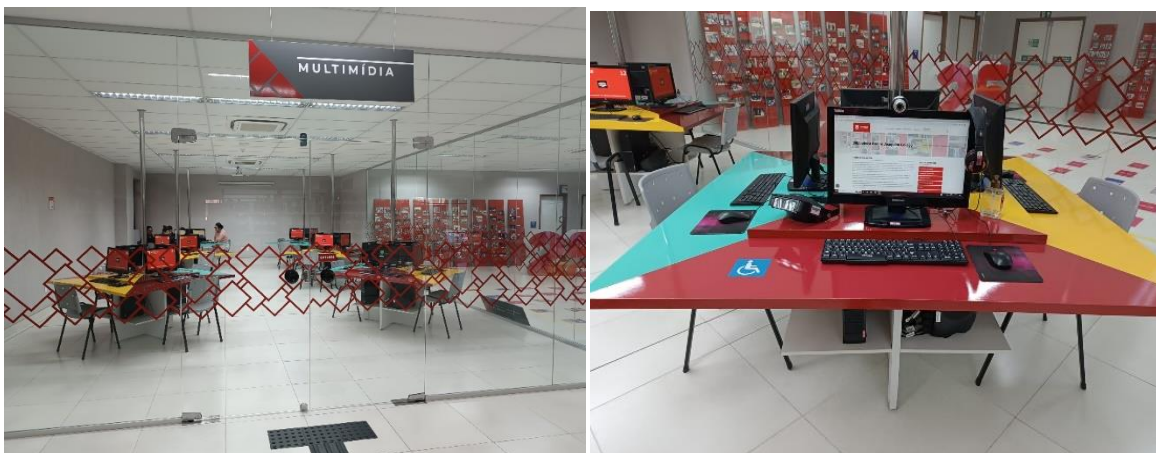
Fotografia - José Jullyan Galdino da Cruz Silva
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

As estantes mesmo possuindo medidas de fabricação padrão se enquadram na norma ABNT 9050:2020 nos quesitos espaço de manobras e um espaço entre as estantes de aproximadamente 1,30 m. Não conta com sinalização em braile, como também, não possui acervo em braile.

4.1.10 Multimídia

A multimídia conta com 24 computadores distribuídos em 6 ilhas com 4 computadores cada ilha. É possível observar na figura b o computador exclusivo para pessoas com deficiência, com teclado para pessoas com baixa visão. Além disso conta com viseira, webcam e fone próprios.

Figura 12 – Ambiente da multimídia e computador para pessoa com deficiência.



Fotografia – José Julllyan Galdino da Cruz Silva

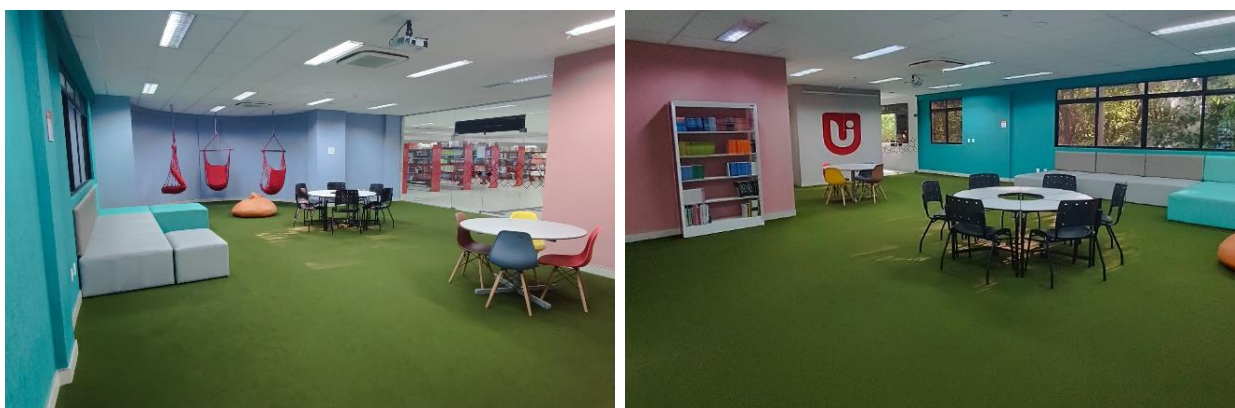
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A multimídia além de contar com um computador com teclado em braile e mesa própria para receber pessoas de cadeiras de rodas, é um lugar amplo, climatizado e com espaço para manobras de cadeiras de rodas.

4.1.11 Sala de Leitura

A sala de leitura é um espaço amplo, plano que possui carpete e se configura com um ambiente de aulas, reuniões e leituras.

Figura 13 – Sala de leitura



Fotografia - José Julllyan Galdino da Cruz Silva

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A sala de leitura conta com data show, climatização, assim como, em todos ambientes e espaço confortável para manobras de cadeirantes, piso com carpete e plano, ou seja, sem inclinações que ocasionam em barreiras físicas.

4.1.12 Banheiro

Os banheiros contam com sinalização, sanitário adaptado e uma boa área de circulação. Contam com barras para apoio para cadeirantes.

Figura 14 – Banheiro masculino e feminino



Fotografia - José Jullyan Galdino da Cruz Silva

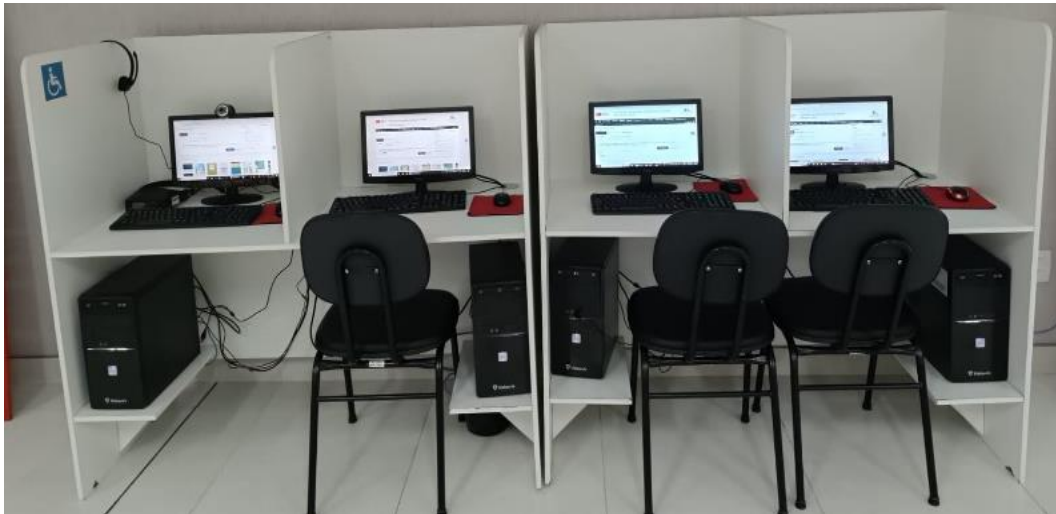
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os banheiros contam com sinalização da placa em braile, área de manobra para cadeirantes, sanitário para pessoas PcD, boa iluminação.

4.1.13 Terminais de consulta

Os terminais de consulta possibilitam os usuários da biblioteca pesquisarem sobre os materiais bibliográficos da biblioteca tanto nas versões analógica como virtual. Como se pode observar na figura 15.

Figura 15 - Terminais de consulta



Fotografia - José Jullyan Galdino da Cruz Silva

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Possui um terminal exclusivo para pessoas com deficiência, entretanto esse terminal não se encaixa nos critérios da norma para tal funcionalidade, pois não possui vão livre de no mínimo 0,50 cm e o CPU do computador interfere caso um cadeirante queira utilizá-lo.

4.2 ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA UNIESP

Foi elaborado e aplicado durante as observações na biblioteca um roteiro que conta com sete pontos principais (acessibilidades: informacional, física ou arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática e atitudinal) nos quais serviram para identificar, descrever e analisar a acessibilidade e as ferramentas e/ou recursos que são utilizados na unidade de informação.

4.2.1 Acessibilidade Informacional

Na Acessibilidade Informacional foram observados 3 tópicos sobre informações da comunidade de estudantes que são PcD, os recursos financeiros e a disponibilidade de tecnologias assistivas aos estudantes da instituição. Como pode ser observado no quadro 6.

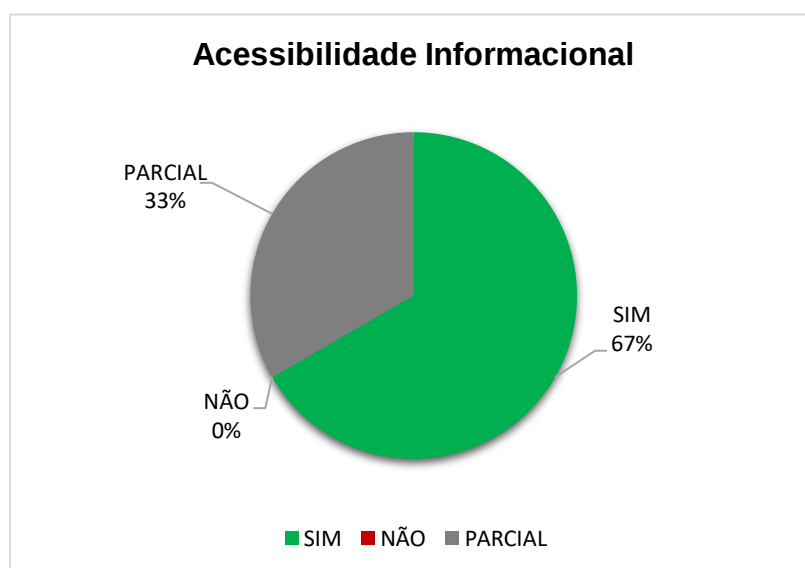
Quadro 6 – Acessibilidade Informacional

Nº	PONTOS PARA AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parcial
1	INFORMAÇÕES SOBRE OS USUÁRIOS			
	A bibliotecária/gestora tem conhecimento sobre a quantidade de estudantes com deficiência ou pessoas com deficiência (PcDs) que frequentam a biblioteca?	X		
	A instituição destina recursos financeiros para a biblioteca para que a unidade de informação possa atender as normas de acessibilidade?	X		
	A biblioteca disponibiliza tecnologias assistivas para a comunidade PcD?			X

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Desse modo, foi gerado o gráfico 1 que aborda a porcentagem de 67% de acessibilidade no quesito informacional. Resultando na conclusão que a biblioteca carece de variedade de tecnologias assistivas.

Gráfico 1 – Acessibilidade Informacional



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico 1 a biblioteca no quesito informacional conta com pontos positivos e apenas um ponto com avaliação parcial. Foi constatado que a Instituição destina recursos a biblioteca e a bibliotecária gestora tem conhecimento sobre os usuários que são PcD e utilizam os serviços da unidade de informação.

4.2.2 Acessibilidade Arquitetônica

A Acessibilidade Arquitetônica foco do estudo foram investigados 11 pontos referentes a infraestrutura da biblioteca no tocante ao que é exposto na norma ABNT NBR 9050:2020. Como podemos observar no quadro 7.

Quadro 7 – Acessibilidade Arquitetônica

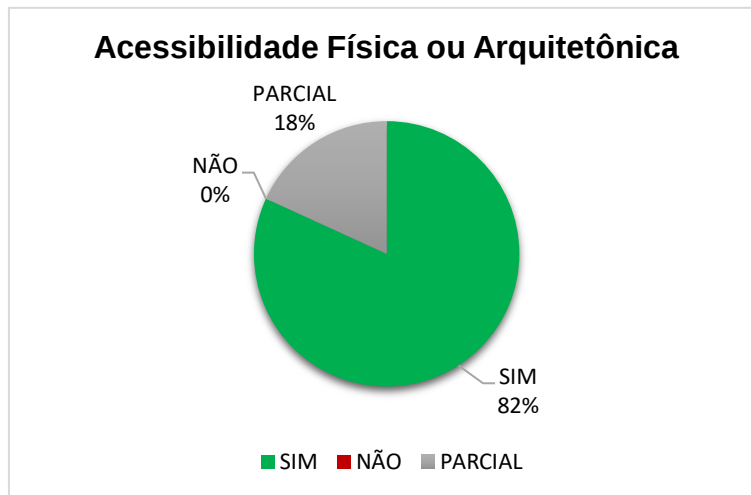
Nº	PONTOS PARA AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parcial
2	INFRAESTRUTURA DA BIBLIOTECA QUANTO A ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA			
	A porta que dá acesso e a porta de saída da biblioteca atende norma ABNT NBR 9050:2020 para passagem de um cadeirante?	X		
	O espaço possui sinalização tátil, sonora e visual?	X		
	O mobiliário atende as normas de acessibilidade?			X
	Existe no setor de empréstimo um balcão específico para PCD?	X		
	A distância entre as estantes estão na norma ABNT NBR 9050:2020?	X		
	Os corredores permitem trânsito de cadeirantes ou pessoas com acessórios de mobilidade?	X		
	A biblioteca por possuir dois pavimentos conta com elevador para PCD?	X		
	O banheiro conta com acesso propício para PCD?	X		
	Os pisos existentes na biblioteca são não escorregadios?	X		
	A passagem das catracas da biblioteca possui medidas antropométricas expostas na norma ABNT NBR 9050:2020?	X		

	Os armários guarda-volumes são adaptados?			X
--	---	--	--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A biblioteca UNIESP possui uma estrutura arquitetônica acessível no que totalizou a maior parte dos pontos considerados que podem ser observados no quadro 7. Assim 82% dos pontos levados em consideração são assinalados positivamente. Com apenas 18% contemplando parcialmente o estudo.

Gráfico 2 – Acessibilidade Física ou Arquitetônica



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico 2 gerado a partir do quadro 7 constata um nível de acessibilidade arquitetônica, considerado ótimo em comparação com a norma e as porcentagens oriundas da análise dos dados.

4.2.3 Acessibilidade Comunicacional

No que se refere a Acessibilidade Comunicacional foram considerados 3 tópicos que levaram em consideração a sinalização em suas variadas formas (visual, auditiva ou vibratória).

Quadro 8 – Acessibilidade Comunicacional

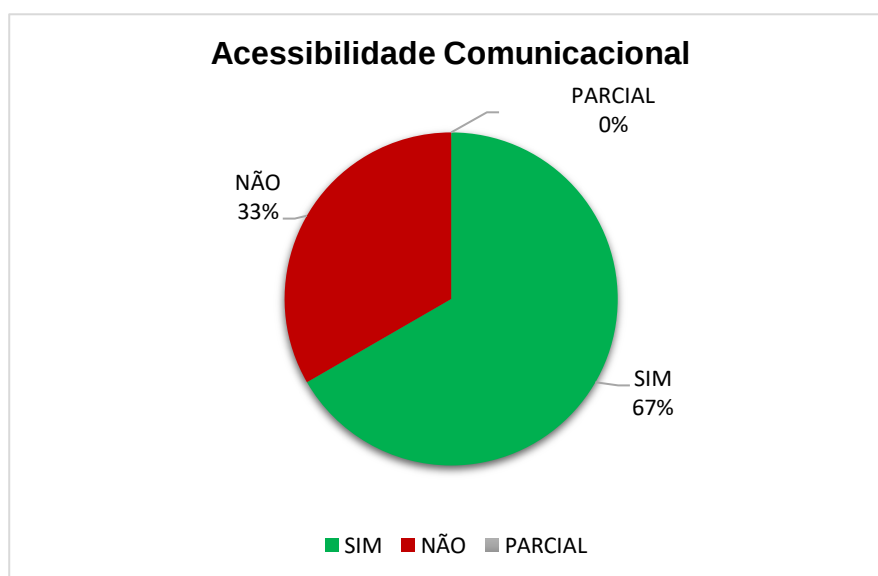
Nº	PONTOS PARA AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parcial
3	ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL			

	Há sinalização tátil ou em braile nos corrimãos e nas rampas que possibilitam acesso a biblioteca?		X	
	Existe comunicação emergencial transmitida para todos os setores da biblioteca, tanto de forma visual como de auditiva ou vibratória?	X		
	O elevador possui indicação de andares em braile?	X		

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico 3 foi gerado a partir dos 3 tópicos sobre Acessibilidade Comunicacional onde foi constatado que 67% dos tópicos foram preenchidos positivamente e apenas 33% não se encaixam na acessibilidade supracitada.

Gráfico 3 – Acessibilidade Comunicacional



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O quadro 8 e gráfico 3 retratam os pontos fortes no quesito da acessibilidade comunicacional, entretanto um ponto carece de melhorias que é o relacionado a sinalização, porém é um ponto que não invalida a acessibilidade comunicacional

4.2.4 Acessibilidade Instrumental

No tocante, a Acessibilidade Instrumental foi observada através de 4 pontos no quais as Tecnologias Assistivas existentes em computadores de consulta, softwares que são considerados como ferramentas que ajudam a acessibilidade digital.

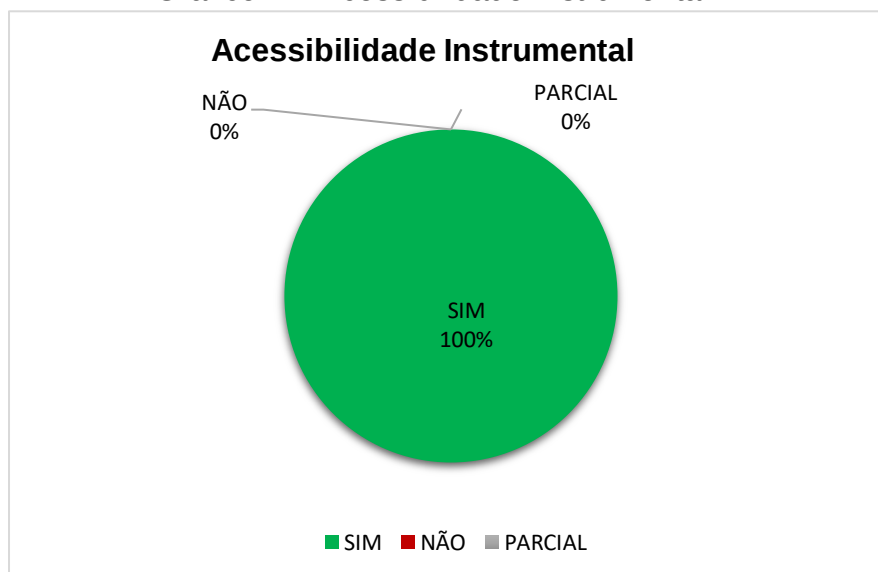
Quadro 9 – Acessibilidade Instrumental

Nº	PONTOS PARA AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parcial
4	ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL			
	Os computadores de consulta e multimídia tem tecnologias assistivas?	X		
	Os computadores de consulta e multimídia são acessíveis?	X		
	Há condições físicas para a acessibilidade digital?	X		
	Existe quantidade suficiente de computadores e de softwares para a acessibilidade?	X		

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico 4 foi gerado e constatou-se que nesse ponto houveram assertivas em todos os tópicos observados.

Gráfico 4 – Acessibilidade Instrumental



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico 4 surgiu de tópicos com assertivas que colaboram com tecnologias assistivas encontradas na Biblioteca UNIESP. As TAs são voltas para o âmbito digital e analógico, são elas: o VLibras, o Dosvox, as viseiras com lupa optical e o teclado em braile.

4.2.4.1 VLibras, Dosvox, viseiras com lupa optical e o teclado em braile

Essas ferramentas, serviços e/ou recursos se configuram como Tecnologias Assistivas que visam qualidade de vida e uma unidade informacional mais inclusiva.

Figura 16 - VLibras



Fonte: <https://www.vlibras.com.br/#oquee> (2023)

O VLibras, ou Vocabulário Brasileiro de Libras, pode ser definido como um conjunto de ferramentas computacionais que objetiva facilitar a comunicação e o acesso à informação para pessoas surdas. Desenvolvido pelo governo brasileiro em parceria com universidades e instituições de pesquisa, o VLibras traduz automaticamente conteúdos em português para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. (VLibras, 2023)

O Dosvox é considerado outra Tecnologia Assistiva em forma de software que objetiva a comunicação com o deficiente visual por meio de síntese de voz em português, sendo que a síntese de textos pode ser configurada para outros idiomas.

Figura 17 - Dosvox



Fonte: <https://encurtador.com.br/chtZ4> (2023)

Um sistema de interação por voz que possibilita que pessoas com deficiência visual usem computadores de forma independente para estudo e trabalho. O Dosvox emprega principalmente vozes humanas gravadas, tornando-o confortável para uso prolongado, diminuindo o estresse do usuário. Isso amplia a acessibilidade e a autonomia na experiência computacional.

A viseira com lupa optical permite ver tudo ampliado sem ter de segurar nada e serve para pessoas com baixa visão se utilizarem desse recurso para visualizar o objeto ou documento que necessita. Como pode ser observado na figura 18.

Figura 18 - Viseira com lupa optical



Fotografia - José Jullyan Galdino da Cruz Silva
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O teclado em braile é considerado outra ferramenta para pessoas com todos os graus de deficiência visual, idosos e não deficientes, podendo ser utilizado em um computador. Como se pode observar na figura 19.

Figura 19 - Teclado em braile



Fotografia - José Jullyan Galdino da Cruz Silva

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O teclado possui caracteres grandes que facilita a visualização para baixa visão reduzindo e alto relevo braile especialmente para deficientes visuais, promovendo assim maior conforto no uso do computador.

4.2.5 Acessibilidade Metodológica

A Acessibilidade Metodológica consiste na inexistência de barreiras de ensino. Desse modo, foi oriundo o quadro 10 que conta com 2 pontos de acessibilidade metodológica.

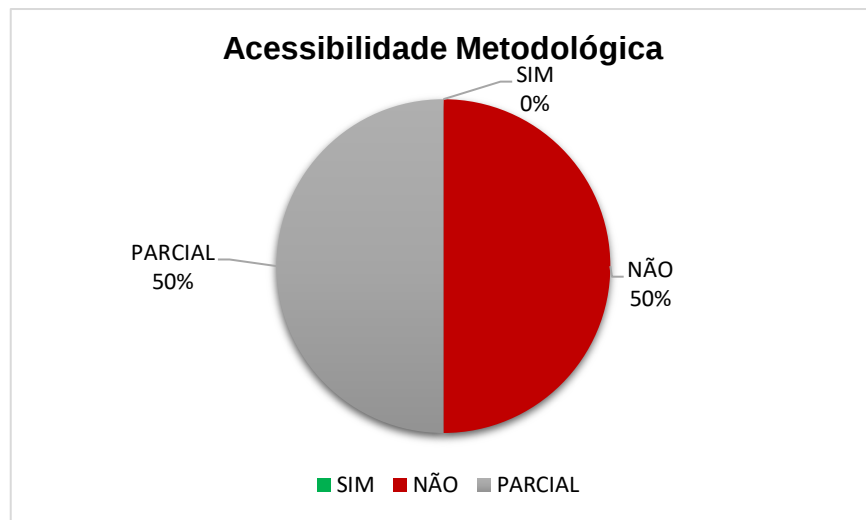
Quadro 10 – Acessibilidade Metodológica

Nº	PONTOS PARA AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parcial
5	ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA			
	A biblioteca possui no quadro de funcionários alguém capacitado para atender atividades voltadas a acessibilidade?			X
	Existe acervo em braile na biblioteca?		X	

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico 5 abaixo mostra que no que se refere a acessibilidade metodológica a biblioteca carece de melhorias nos quesitos capacitação dos funcionários que é parcial e na existência de acervo braile para deficiente visuais parciais ou totais.

Gráfico 5 – Acessibilidade Metodológica



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

No quesito acessibilidade metodológica a biblioteca necessita melhorias na questão da capacitação e na possível compra de acervo em braile. Dessa forma, cursos regulares de Libras e capacitação de funcionários acerca da acessibilidade seriam soluções possíveis para essas problemáticas.

4.2.6 Acessibilidade Programática

No tópico Acessibilidade Programática foram considerados 3 pontos que contemplam o regulamento, questões de acessibilidade e atendimento a pessoas com deficiência.

Quadro 11 – Acessibilidade Programática

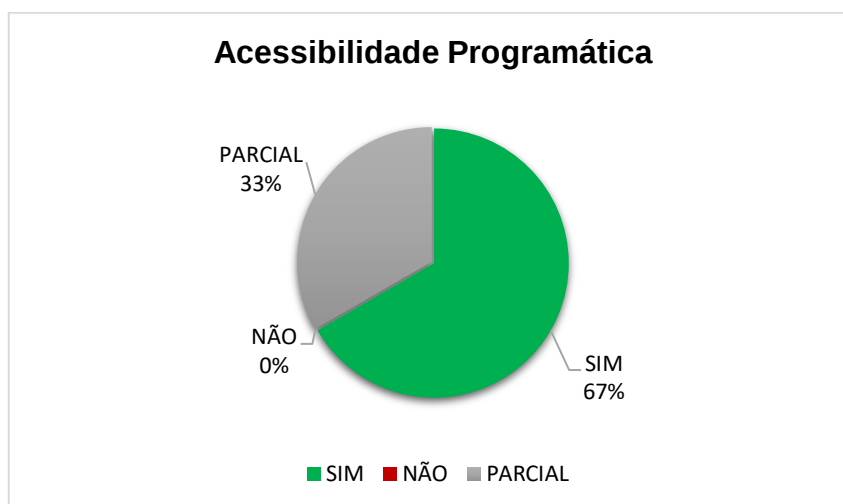
Nº	PONTOS PARA AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parcial
6	ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA			
	A biblioteca possui regulamento que contempla claramente os serviços oferecidos?	X		
	O regulamento da biblioteca contempla questões relativas a acessibilidade?			X

	Existem serviços de atendimento ao usuário específicos para atender a pessoas com deficiência?	X		
--	--	---	--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico 6 foi gerado a partir dos pontos supracitados e indica que o regulamento de forma parcial contempla questões sobre a acessibilidade.

Gráfico 6 – Acessibilidade Programática



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

No tocante a acessibilidade programática o regulamento da biblioteca precisa acolher a questão da acessibilidade de forma mais detalhada.

4.2.7 Acessibilidade Atitudinal

A acessibilidade Atitudinal foi baseada em 2 pontos que se referem a gestão, busca por atualizações sobre a temática acessibilidade e sobre os conhecimentos prévios de Tecnologias Assistivas.

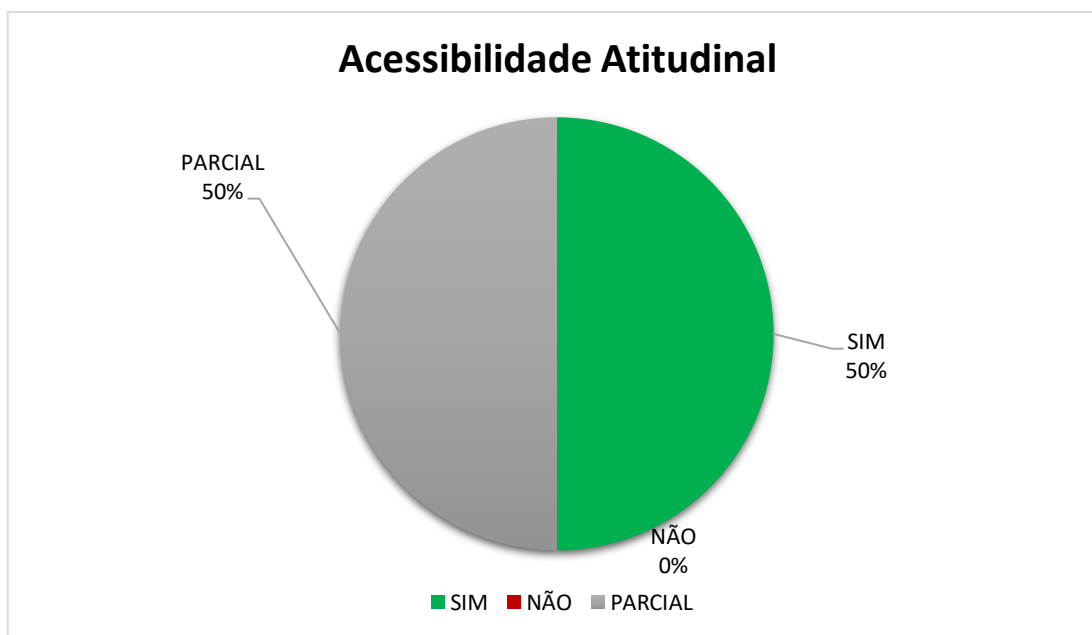
Quadro 12 – Acessibilidade Atitudinal

Nº	PONTOS PARA AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parcial
7	ACESSIBILIDADE ATITUDINAL			
	A bibliotecária atualiza-se sobre a questão da acessibilidade, recorrendo às fontes disponíveis na área?	X		
	O bibliotecário tem conhecimento das Tecnologias Assistivas (TAs)?			X

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico 7 foi gerado a partir das observações dos pontos sobre Acessibilidade Atitudinal.

Gráfico – 7 Acessibilidade Atitudinal



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico 7 chama a atenção para o fato da instituição investir em acessibilidade, entretanto a capacitação ainda é deficitária. Diante disso, verificou-se que a acessibilidade atitudinal da biblioteca, de maneira geral se enquadram parcialmente nos padrões comparados com o roteiro (apêndice B). No que se refere as tecnologias assistivas, a sugestão é maior investimento em ferramentas ou recursos, como procura de novos softwares, que visam possibilitar um conforto na experiência na biblioteca para pessoas com deficiência de mobilidade, visual ou auditiva.

Alguns mobiliários, como o ponto de consulta ao acesso para pessoas com deficiência precisa se adequar a norma ABNT NBR 9050:2020. Concluindo-se que a biblioteca apresenta de maneira geral é acessível, carecendo a melhora em raros quesitos levando em comparação a norma ABNT NBR 9050:2020 e a literatura que aborda essa temática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de observações, medições, aplicação de um roteiro pautadas na literatura acerca da acessibilidade e das tecnologias assistivas em unidades de informação ou/e bibliotecas universitárias, foram coletadas, analisadas e aferidas algumas considerações sobre a pesquisa.

É função das bibliotecas dispor de um acervo que esteja acessível aos seus usuários. Além disso, dispor de espaço, mobiliário e profissionais da informação capacitados para lidar com esses aspectos. Colaborando com essa linha de pensamento a biblioteca como unidade de informação firma seu papel em estarem consonância com os aspectos de acessibilidade.

Os objetivos do estudo foram alcançados, visto que foi possível identificar o nível de acessibilidade arquitetônica e as tecnologias assistivas disponibilizadas na biblioteca através das observações, medições, comparações com os padrões presentes na norma 9050:2020 da ABNT. Assim como, foi possível descrever a acessibilidade física ou arquitetônica e as tecnologias assistivas disponibilizadas aos usuários, avaliando com base em um roteiro a acessibilidade no espaço arquitetônico e as tecnologias assistivas na Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado.

Com isso, por meio do roteiro (Apêndice B) que seguimos, a biblioteca é considerada acessível nos parâmetros arquitetônicos que foram integrados aos parâmetros informacionais, físicos, metodológicos, pragmáticos, instrumentais e atitudinais como forma de encorpar o estudo.

Como resultados tiveram a elaboração de gráficos correspondentes aos pontos explorados no roteiro, a identificação das Tecnologias Assistivas, e por fim, avaliação de mobiliários, e aplicações das Tecnologias Assistivas.

Diante disso, os objetivos do estudo foram concluídos em sua totalidade, pois a partir do que foi proposto podemos definir que a Biblioteca UNIESP é acessível, entretanto, pode melhorar no tocante ao quantitativo e variedade das tecnologias assistivas e aspectos físicos do mobiliário principalmente nos mobiliários dos computadores de consulta. Sugerimos a adequação dos mobiliários de consulta com as medidas da norma ABNT NBR 9050:2020, investir em mais tecnologias assistivas sejam elas softwares ou tecnologias analógicas.

Espera-se que esse estudo sirva para consulta aos profissionais de informação ou interessados na área da acessibilidade conheçam a estrutura arquitetônica da Biblioteca Universitária Joaquim Colaço Dourado, avaliação da acessibilidade arquitetônica, as tecnologias assistivas, para replicar os diversos aspectos que se constatarem positivos e melhorar dentro da sua realidade os aspectos parciais ou negativos. O curto espaço de tempo para a realização do estudo foi uma limitação no desenvolvimento da pesquisa.

Contudo, é necessário que pesquisa na temática sejam desenvolvidas, devido à escassez de trabalhos que abordem as Bibliotecas Universitárias Privadas e a acessibilidade e a utilização de Tecnologias Assistivas. Como sugestão para novas pesquisas, esse modelo de estudo pode ser aplicado a outras bibliotecas universitárias de cunho privado e angariar dados para comparações que visam melhorar o cenário da acessibilidade em unidade de informações. Pesquisas futuras no sentido de compreender a opinião dos usuários com deficiência (PcD) sobre a acessibilidade arquitetônica da biblioteca UNIESP.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais**. Espaço para o atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002991.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050/2020**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. 162 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15599/2008**: acessibilidade – comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 1313/2007**: elevadores de Passageiros – elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.898/2023**: sistema de Iluminação de Emergência. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [5-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em: 10 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 7.405, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 nov. 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7405.htm. Acesso em: 15 out. 2023

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm. Acessado em: 15 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acessado em: 15 out. 2023.

BRASIL. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acessado em: 15 out. 2023.

BRASIL. Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acessado em: 15 out. 2023.

BRASIL. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011 – Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acessado em: 15 out. 2023.

BRASIL. Decreto n. 186, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto186.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 16 ago. 2023.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acessado em: 16 out. 2023.

BRASIL. Decreto n. 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 de out. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 4**, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, modalidade Educação Especial. [Brasília, DF, 2009.] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n. 976**, de 05 de maio de 2006. Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme decreto 5296 de 2004. [Brasília, DF, 2006.] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port976.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284**, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.679**, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. [Brasília, DF, 1999.]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2007/2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla**. 4. ed. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciainclusiva.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. **Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

ENTENDA as denominações das instituições de ensino superior (IES). 2019. Disponível em: <https://fia.com.br/graduacao/blog/instituicoes-de-ensino-superior/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FÉRRES, Sofia Pérez. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2008, cap. 4. Disponível em:

file:///C:/Users/Windows/Downloads/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: file:///C:/Users/Windows/Downloads/GIL-%202002-%20Como%20Elaborar%20Projeto%20de%20Pesquisa.PDF. Acesso em: 11 nov. 2023.

IBGE. **BRASIL tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE E MDHC**: Pesquisa divulgou dados inéditos sobre as condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil. [s. l.], 07 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acesso em: 11 nov. 2023.

LIMA, Niusarete Margarida de. **Legislação Federal Básica na área da pessoa portadora de Deficiência**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007. Disponível em: https://www.ampid.org.br/docs/Coletanea_Leis_PD.pdf. Acessado em: 16 out. 2023.

MELO, Amanda Meincke. Acessibilidade E Design Universal. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. (org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. Cap. 3, p. 17-20. Disponível em: https://eurydice.nied.unicamp.br/portais/todosnos/nied/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view.html .Acessado em: 14 out. 2023.

MELO, Valter Júnior de. **Apostila de DOSVOX**. Brasília: Senai, 2011. 30 p. Disponível em: https://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/07/09/36/20120709132731844120a.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. 107 p. Coleção Primeiros Passos.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/LCcVhWXmMt6ydMmG6Gmmmw/?format=pdf&lang=p>. Disponível em: 16 out. 2023.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para Bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. 2010. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – UFRGS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28114/000766975.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 set. 2023.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 173-193, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2572>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/LCcVhWXmMt6ydMmG6Gmmmw/?lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2023.

OLIVEIRA, Gerdson Cristiano Gouveia. **Avaliação de acessibilidade da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB**. Orientadora: Prof.^a Dra. Izabel França de Lima. 2015. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/tcc/tcc-2015/avaliacao-de-acessibilidade-da-biblioteca-setorial-do-ccsa-da-ufpb.pdf>. Acessado em: 15 out. 2023.

PEREIRA, Giulianne Monteiro. **Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias: aplicação do checklist na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**. Orientadora: Prof^a. Geysa Flávia C. Nascimento Lima. 2013. 120 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PINHEIRO, Alejandro de Campos; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Desafios da acessibilidade e da tecnologia assistiva na biblioteca universitária. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, n. especial, p. 32-52, maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v6iespecial.2021.62529.32-52>. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/160138>. Acessado em: 15 out. 2023.

RABELO, Maria Clara de Souza. **A Biblioteca Universitária: desafios e oportunidades para o profissional da informação**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade Fernando Pessoa. p. 76. 2011. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3177/1/DM_12730.pdf. Acessado em: 11 out. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: file:///C:/Users/Windows/Downloads/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf. Acessado em: 15 out. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Breve história da acessibilidade**. 2012. Disponível em: <http://comunicaramara.blogspot.com.br/2012/05/breve-historia-da-acessibilidade.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA. **Iesp**, 2023. Biblioteca. Disponível em: <https://www.iesp.edu.br/institucional/biblioteca>. Acessado em: 11 out. 2023.

VLIBRAS. **VLibras: Tudo o que você precisa saber**: tudo o que você precisa saber. Tudo o que você precisa saber. 2023. Disponível em: <https://www.vlibras.com.br/#oquee>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ZANINELLI, Thais Batista; NOGUEIRA, Cibele Andrade; PERES, Ana Luísa Moure. **Bibliotecas universitárias: uma perspectiva teórica sobre inovação em serviços**

informacionais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 17, p. e019012, 2019. DOI: 10.20396/rdbci.v17i0.8652821. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8652821>. Acesso em: 16 nov. 2023.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO DA PESQUISA

Às: Coordenadora da Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado e a reitora do Centro Universitário UNIESP,

Prezadas Elaine Cristina e Érika Marques,

Esta pesquisa é sobre acessibilidade em biblioteca universitária privada: um estudo na Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado da UNIESP, está sendo desenvolvida pelo graduando José Julllyan Galdino da Cruz Silva, discente do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dra. Izabel França de Lima.

O objetivo desse estudo é avaliar a acessibilidade arquitetônica e as tecnologias assistivas na Biblioteca Universitária Padre Joaquim Colaço Dourado localizada em Cabedelo-PB. O trabalho tem a finalidade de colaborar para os estudos de acessibilidade e tecnologias assistivas nas bibliotecas universitárias privadas.

Solicitamos sua colaboração para realização da pesquisa no ambiente da Biblioteca Universitária Padre Joaquim Colaço Dourado, como também, autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos das áreas da Ciência da Informação e publicar em revistas científicas.

O pesquisador está à disposição para fornecer esclarecimentos detalhados sobre a pesquisa.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **IZABEL FRANÇA DE LIMA**
 Data: 26/10/2023 11:15:50-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Izabel França de Lima (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **JOSE JULLYAN GALDINO DA CRUZ SILVA**
 Data: 26/10/2023 11:38:23-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Julllyan Galdino da Cruz Silva (Graduando/Pesquisador)

ERIKA MARQUES DE ALMEIDA LIMA CAVALCANTI: 978 73 896404
 Assinado de forma digital por ERIKA MARQUES DE LIMA
 Dados: 2023.11.24 11:37:54 -

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti (Reitora da UNIESP)

Documento assinado digitalmente
 **ELAINE CRISTINA DE BRITO MOREIRA**
 Data: 24/11/2023 13:06:03-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elaine Cristina de Brito Moreira (Coordenadora da Biblioteca)

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE FÍSICA OU ARQUETETÔNICA E AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS DA BIBLIOTECA PADRE JOAQUIM COLAÇO DOURADO

Biblioteca: Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado

Localização da Unidade de Informação: Prédio Central da Instituição

Nº	PONTOS PARA AVALIAÇÃO	Sim	Não	Parcial
1	INFORMAÇÕES SOBRE OS USUÁRIOS			
	A bibliotecária/gestora tem conhecimento sobre a quantidade de estudantes com deficiência ou pessoas com deficiência (PcDs) que frequentam a biblioteca?			
	A instituição destina recursos financeiros para a biblioteca para que a unidade de informação possa atender as leis de acessibilidade?			
	A biblioteca disponibiliza tecnologias assistivas para a comunidade PcD?			
2	INFRAESTRUTURA DA BIBLIOTECA QUANTO A ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA			
	A porta que dá acesso e a porta de saída da biblioteca atende norma ABNT NBR 9050:2020 para passagem de um cadeirante?			
	O espaço possui sinalização tátil, sonora e visual?			
	O mobiliário atende as normas de acessibilidade?			
	Existe no setor de empréstimo um balcão específico para PcD?			
	A distância entre as estantes estão na norma ABNT NBR 9050:2020?			
	Os corredores permitem trânsito de cadeirantes ou pessoas com acessórios de mobilidade?			
	A biblioteca por possuir dois pavimentos conta com elevador para PcD?			
	O banheiro conta com acesso propício para PcD?			

	Os pisos existentes na biblioteca são escorregadios?			
	A passagem das catracas da biblioteca possui medidas antropométricas expostas na norma ABNT NBR 9050:2020?			
	Os armários guarda-volumes são adaptados?			
3	ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL			
	Há sinalização tátil ou em braile nos corrimãos e nas rampas que possibilitam acesso a biblioteca?			
	Existe comunicação emergencial transmitida para todos os setores da biblioteca, tanto de forma visual como de auditiva ou vibratória?			
	O elevador possui indicação de andares em braile?			
4	ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL			
	Os computadores de consulta e multimídia tem tecnologias assistivas?			
	Os computadores de consulta e multimídia são acessíveis?			
	Há condições físicas para a acessibilidade digital?			
	Existe quantidade suficiente de computadores e de softwares para a acessibilidade?			
5	ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA			
	A biblioteca possui no quadro de funcionários alguém capacitado para atender atividades voltadas a acessibilidade?			
	Existe acervo em braile na biblioteca?			
6	ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA			
	A biblioteca possui regulamento que contempla claramente os serviços oferecidos?			

	O regulamento da biblioteca contempla questões relativas a acessibilidade?			
	Existem serviços de atendimento ao usuário específicos para atender a pessoas com deficiência?			
7	ACESSIBILIDADE ATITUDINAL			
	A bibliotecária atualiza-se sobre a questão da acessibilidade, recorrendo às fontes disponíveis na área?			
	O bibliotecário tem conhecimento das Tecnologias Assistivas (TAs)?			